



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 28

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Portalegre, no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Adriano Pires Ventura, Celso Silva (em substituição de Hugo Chichorro e Silva Capote, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Barradas (em substituição de José Miguel Moreira Serafim, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, António Dias (em substituição de Branca José Janeiro Santana, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuela Pedroso (em substituição de Luís Barata, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Magda Mão de ferro (em substituição de Ana Maria Soares Lopes, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Rui Guerreiro Marques Simplício, Ana Luísa Carneiro, Manuel Canhoto (em substituição de Luís Miguel Páscoa Alentejano, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), António Parente (em substituição de Sílvia Maria Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Diogo Júlio Serra, João Vivas (em representação de Vera Alexandra Caixeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Ricardo, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço. -----

A Presidente da Assembleia, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 18:17 horas. -

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente informou os membros da proposta dos tempos definidos para a discussão de cada ponto da ordem de trabalhos, tendo os membros da Assembleia aceite a mesma. -----

Ordem do Dia:

A Presidente da Assembleia deu a sessão por iniciada às 18:15 horas, dizendo que sendo a presente sessão extraordinária, entrariam diretamente na ordem do dia constante do edital. Disse que lhe parecia que os vários assuntos da Fundação podiam ser discutidos nos primeiros 45 minutos, em bloco, caso todos os membros a isso não se opusessem, e no final votado o Contrato Programa, que era o único ponto para votação.

Referiu, de seguida, que o Conselho de Administração apesar de convidado a estar presente não compareceu, o que lamentava, transmitindo que tinha sido informada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que a ausência dos membros lhe tinha sido justificada por razões familiares e de outros compromissos já assumidos anteriormente. Os pontos respeitantes à Fundação são:

- 1 - Contrato Programa entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson;
(Deliberação de 26/06/2017);
- 2- Parecer Jurídico da Sociedade de Advogados Cuatrecasas, relativamente à transferência de verbas para funcionamento entre a Câmara e a Fundação Robinson
- Deliberação de 26/06/2017
- 3 - Indicação e nomeação do Conselho Diretivo da Fundação Robinson - Para conhecimento.
- Deliberação de 24/07/2017 -
- 4 - Fundação Robinson - Retribuição dos Vogais do Conselho Diretivo - Para conhecimento;
- Deliberação de 24/07/2017

Devolvida a palavra ao Plenário, Rui Simplício interveio e disse que a lei-quadro das fundações entrou em vigor há cinco anos e que essa mesma lei fixava um prazo de seis meses para as fundações se adequarem aos novos normativos. Tal não foi feito por parte da Fundação Robinson. Como tal não poderia votar favoravelmente, o que quer que fosse, uma vez que considerava nulos todos os atos praticados pela Fundação ao arrepio da lei-quadro. Mais disse que o contrato programa com a Fundação Robinson ali apresentado era efetuado na base nos antigos estatutos e portanto iria votar contra.-----

Diogo Júlio interveio de seguida para referir que sempre foi favorável à existência da Fundação como um instrumento de salvaguarda do património cultural, do património construído e do *know how* de uma cidade que foi capital da indústria. Portanto, a discordância do seu grupo foi sempre mais com a forma de funcionamento da Fundação do que com a própria fundação. A seu ver, a Fundação pode e deve ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento da cidade de Portalegre, mas com um funcionamento de acordo com o propósito para que foi criada. A posição da CDU é no sentido de encontrar formas de que a mesma possa cumprir o papel para que foi sonhada e construída, para poder retomar o seu papel fundamental na manutenção da cultura operária e do património que ali estava, bem como para se retomarem caminhos de futuro.-----

Rui Simplício chamou a atenção ao grupo da CDU para a declaração de voto feita pelo Vereador Luís Pargana, na reunião do executivo, em 28.12.2015, da qual até nem discordava, mas que não era consentânea com aquilo que a CDU tinha acabado de dizer, pois naquela declaração, o vereador da CDU dizia que a Fundação funcionava há 12 anos sem que nenhum dos objetivos iniciais tivessem sido prosseguidos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raúl Cordeiro disse que se alguém de fora de Portalegre que lhe perguntasse o que era a Fundação Robinson, não seria capaz de responder, porque não existia nada de material e de palpável que a Fundação tivesse feito que pudesse ser explicado, fosse a quem fosse, pelo menos nos últimos quatro anos. A Fundação existiu somente enquanto pode ser veículo de fundos comunitários para recuperar edifícios na cidade. No entanto, assim que se acabou a capacidade de recorrer a tais fundos, quer por falta de recursos da Fundação, quer por falta de recursos da Câmara, a Fundação deixou de existir. A única coisa que se passou nos últimos quatro anos foi a nomeação de vários conselhos de administração, que de uma forma ou de outra, acabaram por se demitir, possivelmente por falta de saúde financeira da Fundação. Alturas houve em que a Fundação foi substituída da verbação da cultura da Autarquia e das iniciativas culturais. A missão da Fundação Robinson não era a de ser substituída, mas sim de defender o património arqueológico e industrial, bem como da memória da cidade. Como tal não podiam apenas discutir o Contrato Programa, porque ali havia dois níveis de discussão: um técnico e outro político e a discussão política não era desprezível. Perguntou à Presidente da Câmara se aquele parecer da sociedade de advogados era o único que tinha pedido, ou se tinha pedido mais algum, pois, na verdade, existia uma probabilidade elevada do Gabinete Jurídico da Câmara ter dado aquela resposta. Aliás, qualquer um podia ter dado a resposta e a Fundação Robinson andou aqueles anos todos com um contrato programa fictício que não funcionou. O próprio parecer jurídico teve encargos e a Presidente deveria dizer-lhes quanto é que tinha custado e quantos meses de retribuição aos vogais da Fundação é que o custo do parecer daria para pagar. Curiosamente o tempo de pagamento aos fornecedores da Câmara também tinha aumentado, segundo o anuário financeiro dos Técnicos Oficiais de Contas. Mais referiu que o e-mail do Dr- Sampaio Soares era uma verdadeira “pièce de resistance”, pois a Presidente prometeu alguma coisa que, supostamente, não devia ter prometido, nem tinha condições para cumprir. Tal decisão não dependia apenas de si própria mas sim do executivo e, entretanto, a maioria que poderia suportar a decisão desfez-se. Assim, das duas uma: ou se encontrava, de uma vez por todas, uma solução, ou então a Fundação Robinson, como estrutura atual, só tinha um caminho e todos sabiam qual era.-----

A Presidente da Assembleia fez questão de deixar registado uma correção a um facto que tinha lido no Plano de atividades da Fundação, na página 4, que continha uma informação não verdadeira. Passou, então a ler a afirmação naquele contida. Dizia o mesmo que (...) “ Porém, tornou-se também evidente a insustentabilidade da instituição, face aos constrangimentos existentes: falta de infraestruturas, carência elementar de recursos humanos, ausência de aprovação pela Assembleia Municipal da alteração estatutária para dar cumprimento à lei-quadro das fundações.” Era relativamente àquele excerto que queria repor a verdade e fazer ressaltar o papel da Assembleia, porque, em rigor, não tinha sido pelo facto daquela Assembleia não aprovar os estatutos, como dizia o Plano, que a instituição tinha passado a ser insustentável. Na verdade, a alteração dos estatutos foi chumbada no executivo camarário em junho de 2013 e aqueles só voltaram à reunião de Câmara em 23 de fevereiro de 2015, onde foram aprovados por maioria, com os votos contra de toda a oposição. Todavia, como não tinham incorporado quaisquer alterações, relativamente as razões pelas quais foram chumbados em 2013, em 30 de abril de 2015, quando foram apreciados na Assembleia não foram aprovados. E só voltaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de novo à Assembleia em fevereiro de 2017, só nessa data tendo sido aprovados, porque a alteração estatutária só então estava conforme com a lei-quadro das fundações.-----

Luís Testa salientou ser muito difícil procurar um futuro digno e correspondente à missão da Fundação, enquanto se mantiver aquele deslaçar entre a autarquia, que deveria ser o principal promotor da Fundação Robinson e a própria Fundação. Disse ter sido daqueles que acreditou na possibilidade de uma entidade jurídica e autónoma, como a Fundação, poder desenvolver uma estratégia específica, que se circunscrevesse única e exclusivamente, à defesa do património industrial daquele espaço, à memória coletiva do operariado da cidade de Portalegre e à defesa da arqueologia que ali ainda existe. No entanto, já todos perceberam que o desígnio inicial da Fundação foi mal baratado por aqueles que inventaram outros desígnios para a mesma. Atualmente é duvidoso se é recuperável o que tinha sido perdido. Já todos tinham percebido que os recursos financeiros que outrora existiram para aquela Fundação, muito dificilmente, voltariam a ocorrer. Por outro lado, a degradação a que se assistia, paulatinamente, daquele espaço inviabilizava uma recuperação que seria mais proveitosa para a cidade e para o próprio espaço, se fosse feita quando deveria ter sido feita. Como se não bastasse tudo aquilo, a entrada e saída de elementos do conselho de administração, primeiro nomeados de forma pluripartidária, onde membros indicados pelos mais diversos partidos tiveram assento naquele conselho e em que uns, mais rapidamente do que outros, perceberam que eram traídos pela velocidade da implementação de um projeto que não era o projeto da Fundação Robinson, depois indicados única e exclusivamente pela maioria política que governa a Câmara, adivinharam que o seu futuro não seria longo e sentiram-se traídos pelo que lhes foi proposto, abandonando a cena, talvez por reserva moral. Portanto, quando o PS se apercebeu que aquele conselho de administração, presumivelmente em funções, abdicava de dialogar com o órgão fiscalizador da atividade do Município percebia-se que o clima não era nada bom. A tudo acresce, como se percebe pela leitura de correspondência trocada entre elementos do Conselho de Administração da Fundação Robinson e a Câmara Municipal de que havia promessas que não foram cumpridas, acordos que não foram honrados, palavras dadas que não resultaram em compromissos sérios e firmes, que aquilo que estavam a discutir era, por muito que custe, a falência iminente e o desaparecimento da Fundação Robinson. Em conclusão, percebia-se que até mesmo a Câmara Municipal de Portalegre já não tinha interesse em discutir aquele assunto e o que ali se estava a fazer era desonrar o mandato que se tinha, quando a discussão não passava de uma discussão sem frutos.-----

Raúl Cordeiro voltou a perguntar à Presidente da Câmara qual tinha sido o custo do parecer jurídico que a mesma tinha pedido à empresa Cuatrecasas.-----

A Presidente da Câmara disse que o parecer jurídico em causa tinha sido pedido pelo executivo da Câmara Municipal e não por ela própria. Foi com base naquilo que foi pedido em sede de uma reunião de Câmara que ela o tinha pedido. Disse ainda que se pretendia um parecer isento, de alguém que soubesse da matéria, porque, obviamente, os juristas da Câmara não eram especialistas em fundações e também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não queriam ficar com o ônus de terem que dar um parecer. Acrescentou que o mesmo foi pedido com urgência máxima e a entidade externa levou aquilo que devia levar, em termos da tabela. Não sabia exatamente qual o valor cobrado à Câmara, mas julgava que foi cerca de 6000€, mas também já tinham pedido outros pareceres, a outras entidades, naqueles montantes.-----

Luís Testa requereu dois documentos, a deliberação da adjudicação da prestação do serviço, uma vez que a requisição do fornecimento daquele serviço, de acordo com a informação prestada pela Presidente da Câmara, derivava do órgão Câmara Municipal. Por outro lado, gostaria de obter a certidão da ata, para participação aos órgãos da Ordem dos Advogados, das declarações da senhora Presidente de Câmara, uma vez que, do ponto de vista deontológico, a referencia a tabelas lhe parece no mínimo discutível.-----

A Presidente da Câmara disse que, na última reunião de Câmara, foi decidido entre todos eles, pedir-se o parecer jurídico, mas que quem o solicitou foi a própria e que tinha competência para o fazer.-----

-

A Presidente da Assembleia disse para não entrarem em diálogo. Os pedidos estavam feitos e teriam o seu desenvolvimento. Do outro pedido seria feita uma certidão.-----

-

A Presidente da Câmara lembrou que não existia deliberação escrita sobre o parecer, pois tinha sido consensual, em reunião e reiterou que foi o executivo municipal que decidiu pedi-lo. Portanto, apenas fez aquilo que foi decidido. Relativamente ao documento da despesa, foi pedida pelo PS e foi enviado pelos serviços da Autarquia.-

-

Luís Testa disse que o órgão Câmara Municipal era um órgão colegial e quando decidia era por deliberação e, portanto, qualquer outra coisa que não fosse uma deliberação não correspondia a uma decisão da Câmara. Apesar de a Presidente se ter aconselhado com os outros vereadores, a decisão do pedido do parecer tinha sido dela mesma (órgão Presidente de Câmara) que tem, efetivamente, competência para o fazer. Contudo, a decisão de adjudicar o parecer que ali lhes era apresentado tinha sido da Presidente e não do órgão Câmara Municipal. Obviamente, todos já tinham percebido o que ali se passou: a Presidente da Câmara tentou adjudicar àquela empresa, de livre e espontânea vontade, o parecer em questão que, no uso das suas competências. Só não podia invocar uma decisão que não houve, porque o órgão colegial - Câmara Municipal - só decidia de uma forma, que era por deliberação e era assim que se funcionava em democracia e como tal efetivamente não tinha havido deliberação nesse sentido.-----

Não havendo mais intervenções foi o Contrato Programa colocado a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 votos a favor(CLIP), 8 votos contra (PS) e 6 abstenções (4 CDU e 2 PSD) aprovar o Contrato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Programa entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson.-----

Declaração de voto - CLIP (Constantina Henriques)

“Agora que finalmente os estatutos estão conformes com lei a quadro das fundações o meu voto favorável vai no sentido de dar o benefício da dúvida à fundação”

Declaração de voto - CDU (Diogo Júlio)

“Queríamos deixar claro que a nossa decisão foi tomada no reconhecimento, sabendo que viabilizávamos este contrato programa e fizemo-lo porque sempre defendemos que a fundação é um instrumento indispensável para a salvaguarda da cultura de Portalegre, do património que ali está e porque é necessário retomar o projeto que foi idealizado. É nessa perspetiva que a nossa posição é tomada, acreditando que é coerente com tudo o que temos vindo a afirmar, porque se é verdade o que os companheiros da bancada do PS disseram que não tem sido essa a posição que tem vindo da Câmara, essa tem sido sempre a posição da CDU, de defesa intransigente da fundação enquanto instrumento de salvaguarda do património e da cultura de Portalegre, não tem sido possível. Pensamos que só é possível retomar o caminho se não acabarmos com a “coisa”. Portanto, é possível retomar, é desejável e, certamente, independentemente de quem estiver ao leme da nossa autarquia, há-de fazer valer a fundação como um instrumento fundamental da nossa cidade.”

5 - Acordo para regularização de dívida referente à aquisição de imóveis - Novo Banco;

- Deliberação de 24.07.2017 -

Não houve intervenções. O ponto foi colocado a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 12 a favor (CLIP), 8 votos contra (PS) e 6 abstenções (4 CDU, 2 PSD), o acordo acima mencionado.

6 - Empréstimo de médio e longo prazo para substituição da dívida do empréstimo de saneamento financeiro - ao abrigo do artigo 81.º da lei 42/2016 de 28 de dezembro;

- Deliberação de 24.07.2017 -

Raúl Cordeiro, relativamente à documentação enviada, disse que alguns dos documentos tinham sido recebidos meia hora antes da sessão começar. Acerca dos pontos cinco e seis, entendia que os membros mereciam pelo menos uma explicação técnica sobre os mesmos, porque eram assuntos suscetíveis. No ponto seis, disse ter dúvidas quanto às várias interpretações dadas. Perguntou à Presidente da Câmara sobre o que é que tinha levado a Câmara a fazer aquela opção e porquê só agora e nas condições em que foi. Era uma decisão tanto técnica como política.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que sempre tinha sido intuito do executivo fazer a reestruturação da dívida da Câmara. Tiveram sempre consciência de que era essencial para poderem ter folga e apostar noutras áreas extremamente importantes. Referiu estarem ainda com excesso de endividamento e, perante a lei, eram penalizados em determinadas áreas, como era o caso da contratação, e portanto, submetidos a várias regras. Para a reestruturação daquela dívida tinha havido vários mecanismos, o PAEL, o fundo de apoio municipal e, ultimamente, a lei do orçamento de Estado. Nos anos anteriores a 2016, a reestruturação agora em cima da mesa não era permitida. Até agora, a reestruturação da dívida da Câmara Municipal de Portalegre não se enquadrava na lei, porque a lei do orçamento de Estado exigia que, cumulativamente se cumprisse o não aumento da dívida total do Município, mas que também se diminuísse o serviço de dívida, ao mesmo tempo e ainda que o valor atualizado dos encargos, com o novo empréstimo incluindo o capital, juros e comissões não fosse superiores aos encargos que já existiam. Portanto até agora não se colocou a hipótese de poderem substituir a dívida. Por várias vezes dialogaram com o Secretário de Estado da Administração Local e a Associação Nacional de Municípios e a questão era a de estarem impedidos de substituir a dívida porque, cumulativamente, não conseguiam estar dentro do que a lei exigia. Salientou que o orçamento de Estado de 2016, veio alterar aquela disposição, mas com uma pequena nuance que fazia toda a diferença e, na verdade, conseguiam agora enquadrar-se na legislação. Foi feito um percurso junto da Secretaria de Estado da Autarquias Locais e junto da Associação Nacional de Municípios, que monitorizou todo o desenvolvimento e a nuance permitiu apresentarem ali uma proposta para substituição da dívida, que tinha a ver com o valor atualizado da dívida que tinha de ser superior à variação do empréstimo da dívida. Pensava ser crucial para todos aquela reestruturação para o futuro, para que se pudesse contratar pessoas, apostar na limpeza urbana, na requalificação, entre outras. Atualmente estavam a propor a substituição de dívida do saneamento financeiro feito em 2008, com base em determinados pressupostos, os quais não foram cumpridos em quatro anos (cerca de 2 milhões anuais), e que agora passariam a ser pagos em 12 anos, com uma mensalidade anual bastante inferior, o que lhes permitiria ter folga financeira para depois alavancar outras situações e terem margem de manobra em áreas essenciais, como por exemplo no associativismo e nas freguesias. Por fim, disse que o executivo entendeu que aquela substituição de dívida seria fundamental e só aconteceu agora porque a lei do orçamento de Estado só agora o permitiu.-----

Luís Testa disse que aquela discussão deveria abordar três vertentes: por um lado aquilo que era a lei do orçamento de Estado, admitindo que a lei consignava a possibilidade de recurso àquele instrumento, uma vez que havia uma questão óbvia das contas, em que a dívida aumentava na proporção do aumento dos encargos do empréstimo, e portanto, parecia-lhe carecedor de justificação plausível a necessidade de adotar um instrumento que fosse indutor do aumento da dívida. A seu ver, havia uma questão essencial a reter, porque quando se adotava um instrumento destes tinha de se perceber o que se queria fazer com a folga financeira adquirida. Gostaria de saber, de forma detalhada, para que é que o Município precisava daquela folga financeira. Quanto à questão da contratação de pessoal, disse que as limitações com a contratação não derivavam exclusivamente da carência de folga financeira, mas também da catalogação do estado do Município de Portalegre. O resultado da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aprovação daquela medida não era equivalente, de forma imediata, à perda do estatuto.-----

A Presidente da Câmara disse que a substituição da dívida fazia-se acompanhar de um documento (reestruturação do planeamento financeiro) com cerca de 200 páginas, onde se dizia pormenorizadamente o que se pretendia fazer com aquela mesma folga.

Luís Testa salientou que embora tivessem o documento, a Presidente da executivo não lhes justificou ali, oralmente, para que é que necessitava da folga financeira.----

A Presidente da Câmara disse que aquele era um plano que ia a todas as áreas e a folga financeira era para todas as áreas. Já ali tinha enumerado algumas áreas, entre as quais a área da contratação de pessoal, essencial para a limpeza urbana, que era uma questão de saúde pública. Acrescentou que a reestruturação da dívida fazia com que passassem a ter fundos disponíveis, algo que nunca tiveram. Atualmente só podiam recorrer ao centro de emprego e o centro de emprego não estava a colocar ninguém. A falta de pessoal operacional era por demais evidente. O plano de saneamento tinha previsto o número de pessoas, porque assim planificavam estrategicamente aquilo que queriam fazer com a dita folga financeira. Outra área importante era a referente à renovação da frota, pois todos os carros deveriam estar para abate e a média das viaturas da Câmara era de 24 anos. Assim como também estavam as obras, a requalificação urbana, as quais eram estratégicas para a cidade. Também as contrapartidas nacionais eram essenciais para alavancar os dinheiros comunitários, como o PEDU e o PARU.-

Luís Testa perguntou à Presidente da Câmara qual o montante que anualmente previa obter de liquidez, substituindo a dívida.-----

A Presidente da Câmara respondeu cerca de 1.250.000€/1.500.000€ o que daria para alavancar 10.000.000€, em termos de fundos comunitários.-----

Luís Testa salientou que se dava para alavancar 10 milhões em fundos comunitários, depois já não dava para contratar pessoas, para renovar a frota. A verba não se multiplicava.-----

A Presidente acrescentou que a dívida era atualmente cerca de 28 milhões, mas que ao mesmo tempo também estavam a pagar dívida do outro lado. Portanto, a folga não podia ser só 1.250.000€, era mais. Estava, portanto a referir-se somente à folga proveniente daquela reestruturação. Em conclusão, o plano estava estipulado em várias áreas.-----

Luís Testa presumiu que todo o resto do cumprimento da dívida já estivesse devidamente orçamentado. Portanto, a discussão daquela fatia já tinha ocorrido, aquando do orçamento. Atualmente só estavam a discutir a substituição da dívida.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não se registaram mais intervenções. O ponto da substituição da dívida foi colocado a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (12 CLIP e 4 CDU), 8 votos contra (PS), 2 abstenções (PSD), aprovar o empréstimo.-----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“A gestão dos instrumentos financeiros por parte do Município é das gestões mais fundamentais que uma estrutura como o Município pode ter. Na verdade, quando nós ouvimos de forma múltipla a necessidade de cumprir financeiramente com os encargos do passado, ou seja, pagando dívida, nós demasiadas vezes esquecemo-nos com a necessidade cumulativa de investirmos no presente e no futuro do concelho. Esta, aliás, tem sido a prática reiterada por parte desta Câmara Municipal. Contenta-se em pagar dívida e mais dívida e mais dívida, não reconhecendo que não paga dívida nenhuma porque, obviamente, à medida que não investe, também as receitas vão diminuindo. Portanto, todo o comportamento de gestão financeira do Município é um erro absoluto e hoje nós somos confrontados com um instrumento cujo propósito devia ser nobre e benéfico para o próprio município, mas não acautela nem a diminuição da dívida bruta total do município, antes pelo contrário, a dívida bruta total do município com o aumento do encargo da dívida aumenta e também, como se percebeu das palavras da Presidente de Câmara, não existe uma estratégia para aplicação desta folga financeira que se diz aí vir.”-----

Declaração de voto - CDU (Vereador Luís Pargana)

“Desde o início deste mandato autárquico que a CDU defende a imprescindibilidade da reestruturação da dívida municipal, tanto ao nível da sua renegociação com as entidades bancárias credoras, como também ao nível da aferição da legitimidade das diversas dívidas que contribuem para o endividamento global do Município.

Tal nunca foi assumido pela maioria CLIP que se foi enredando em medidas como o PAEL, primeiro, e o FAME, depois, que seriam gravosas para os portalegrenses por implicarem o aumento brutal das taxas e impostos municipais, como por exemplo o IMI, para além de implicarem uma lógica concessionária e privatizadora de serviços públicos municipais que se devem manter na esfera da administração pública municipal.

A presente proposta chega, portanto, com atraso e com prejuízo para os portalegrenses que, entretanto, foram assistindo ao branqueamento de diversas dívidas municipais, de origem e legitimidade duvidosas, e que foram sendo pagas acriticamente pela maioria CLIP, ao mesmo tempo que deixava acumular dívidas nas áreas sociais, como nas águas, no saneamento e nas refeições escolares.

Mais grave, ainda, com a desculpa de pagamento destas dívidas, a maioria CLIP parou totalmente a atividade municipal nos serviços essenciais que devia prestar (limpeza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

das ruas, manutenção do espaço público, apoios sociais e ao associativismo cultural e desportivo, preservação dos equipamentos e do património municipal). Costuma dizer-se que “mais vale tarde que nunca”, mas os portalegrenses perderam quatro anos. Que seja agora feita esta reestruturação da dívida e que atuem as entidades com responsabilidade nesta matéria, nomeadamente o Tribunal de Contas.”-----

Declaração de voto - PS (Raúl Cordeiro)

“Gostaria de deixar registado que não fiquei completamente esclarecido de qual o impacto desta reestruturação de dívida, nos próximos 2/3 anos. Porque quando se fazem operações desta natureza, essa é muitas vezes a questão mais importante. E o que estamos aqui a falar é de uma operação de substituição de dívida de 7.900.000€ por uma dívida de 8.400.000€ e isso quer dizer que o serviço da dívida, embora esteja dentro dos limites legais, aumenta em mais de 500.000€ e esses têm que ser pagos e geralmente eles são pagos nos primeiros anos dos empréstimos, o que quer dizer que aquilo que é agora a dificuldade que a Câmara tem em pagar o saneamento financeiro vai nos próximos quatro anos aumentar.

Portanto, gostava que isto ficasse registado como declaração de voto sobre o voto contra e é essa uma das razões essenciais do voto contra, não é contra a operação técnica, é contra a razão que tem a ver com esta questão. Eu gostava era de ouvir uma estratégia, porque a oposição tem sido muitas vezes acusada pela Presidente da Câmara e pela maioria que a suporta, de falta de estratégia, falta de propostas, de vários tipos de acusações. Aquele programa de reestruturação financeira que obriga a saneamento nalgumas áreas, conduzia a aspetos que tinham a ver com a eficiência energética, com a componente ambiental, não gostava de ouvir que temos de investir em transportes, mas qual a estratégia para os transportes? É comprar autocarros com uma eficiência energética, numa perspetiva de futuro? Comprar autocarros é fácil e aumenta a dívida a curto prazo. Temos é de pensar em despesas de investimento e quando pensamos em despesas deste género de reestruturação financeira, também temos de pensar em receitas, porque não é possível diminuir despesas sem pensar em receitas para o município, as quais não se viam, nem são palpáveis.”-----

Declaração de voto - PSD (Cristóvão Crespo)

“O sentido da abstenção, genérico, do PSD nestes assuntos derivam do caricato que é nós estarmos numa Assembleia Municipal a 60/70 dias das eleições, onde estamos a definir documentos estratégicos. Isto diz bem do que foi o mandato. Tudo quanto seja fazer propostas estratégicas tem o seu espaço, são legítimas, mas tem o seu espaço. Dentro de um a campanha eleitoral não faz qualquer sentido. Será que alguma destas definições estratégicas vão perdurar para além do que é as eleições que temos agora aí? Admito de estas situações, de facto, eram problemas que existiram, mas que se perpetuaram ao longo do mandato. Portanto, sabemos e temos todos consciência que não vamos resolver os problemas que estes pontos encerram, os problemas que estão contidos nestas propostas não vão ser resolvidos agora. Os portalegrenses têm que ter consciência, que exatamente não faz qualquer sentido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

por isso mesmo a recusa do PSD em votar favoravelmente ou contra estes pontos, exatamente por causa disso. Achamos que não faz qualquer sentido. Por um lado, achamos que não votamos favoravelmente porque a Sr.^a Presidente não tem direito a este benefício da dívida; ao fim do mandato até ainda tem este benefício da dívida. E não votamos contra porque também não tem o direito de depois se auto vitimizar porque lhe chumbamos os documentos. Portanto eu penso que está na altura e passou o tempo suficiente para os portalegrenses fazerem a análise destas situações. Portanto, tudo isto não se vai resolver na vigência deste executivo, aliás tudo isto atira para a frente conforme vimos dizendo ao longo do mandato. Portanto, aquilo que era receitas fomos antecipando tudo quanto era possível e imaginário e fomos empurrando a despesa. Portanto, o quadro foi ao longo do mandato todo este, foi exatamente isto. Portanto, conseguir antecipar toda a receita possível e imaginária, desde a venda de direitos que nós tínhamos por 30 anos, que passámos a receber agora já e, por outro lado, empurrar o cumprimento da dívida. Portanto, porque depois detrás da redução da dívida está a ilusão destes mecanismos que se foram criando ao longo do tempo. Andámos aqui a discutir, ao longo do mandato, planos de pagamento, contratos programa mas nós nunca fomos cumprindo nada, viemos sempre substituindo esses, fomos aprovando por novos. Portanto, isto chega a este ponto e quase no dia das eleições estamos a aprovar estratégia, um órgão que está a acabar o mandato. Isto é surreal. Só por isso é que nós manifestamos esta posição exatamente no sentido em que não estamos a viabilizar porque achamos que não faz qualquer sentido, mas não estamos a obstaculizar porque também achamos que não vale a pena dar esse prémio ao executivo que está a terminar o mandato, da forma como nós sabemos.”-----

Declaração de voto - CLIP (João Cardoso)

“Não se trata de dar este prémio ao Município e ao Executivo, eu julgo que se trata de dar esse prémio a Portalegre. Portalegre tem vivido nos últimos anos debaixo de uma dívida que tem vindo a ser suportada pelos portalegrenses, tem estado debaixo de um constrangimento financeiro, devido ao facto de estar para além do sobreendividamento e esta substituição da dívida vem permitir que nos próximos anos haja margem para que se consiga fazer muito daquilo que Portalegre precisa. Mais do que um benefício da dívida a este executivo, eu acho que é um balão de oxigénio para a cidade de Portalegre.”

A Presidente da Câmara disse saber que não se comentavam declarações de voto, mas pretendeu dar esclarecimento sobre os juros e informou que aquilo que se ia pagar seria ao longo de 12 anos e não nos primeiros anos.-----

A Presidente da mesa disse que os trabalhos estavam interrompidos e que os retomariam às 21:00h para discutir o ponto relativo a Almaraz.-----

7 - Debate sobre a Central Nuclear de Almaraz.

A Presidente da Assembleia deu como recomeçados os trabalhos, às 21:21 e considerou reaberta a segunda parte da sessão extraordinária. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Começou por cumprimentar os convidados para o debate, a Dr.^a Manuela Cunha, o Dr. Nuno Sequeira e o Professor José Maria Gonzalez Mazon. Disse esperar que depois daquele debate todos os presentes pudessem sair mais esclarecidos e despertos para uma realidade que está demasiado próxima de nós, tantas vezes ignorada. Agradeceu a presença dos convidados e o compromisso por eles demonstrado, com a sua presença e envolvimento, na defesa dos interesses coletivos e da qualidade de vida dos cidadãos em geral. Para além dos convidados presentes disse que a Assembleia convidou a própria Central de Almaraz, que não respondeu, a Agência Portuguesa do Ambiente, que respondeu que por constrangimentos de agenda não poderia estar presente, o Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Portalegre, que nada disse e o Comandante dos Bombeiros Voluntários, que pediu para transmitir que não poderia estar presente pelo facto de se encontrar no combate aos incêndios que a esta data lavram. -----

De seguida apresentou os convidados, o que disse fazer sucintamente da forma que como se segue:

▫ **Professor José Maria Gonzalez Mazon:**

Estudou filosofia e letras na Sorbonne, engenharia técnica de obras públicas, com especialidade em obras hidráulicas e urbanismo, Paisagismo e Jardins. Foi Diretor de estudos do Centro de Formação Rural de Navalmoral de La Mata, onde ministra formação, entre outras áreas, em matéria de ambiente e desenvolvimento rural;

▫ **Dr.^a Manuela Cunha:**

É dirigente nacional e assessora do grupo parlamentar “Os Verdes”. Formou-se na área de animação sócio cultural em França, onde viveu e trabalhou em casas da juventude e da cultura, licenciou-se em língua e cultura portuguesa na Sorbonne, em Paris. Nos anos 70 participou ativamente nas lutas estudantis em França e nos movimentos pacifistas, anti-nucleares e feministas. Regressou a Portugal nos anos 80 e trabalhou na área da animação infantil e juvenil. Nos últimos anos tem participado em todas as lutas ecologistas desenvolvidas em Portugal;

▫ **Dr. Nuno Miguel Matos Sequeira:**

Licenciado em Biologia e mestre em Biologia da conservação. Tem também uma licenciatura em Educação Física e Desporto e um curso de formação profissional em agricultura biológica. É professor do quadro de nomeação definitiva e está destacado na Quercus. É membro de vários grupos de trabalho de conservação da natureza, (nomeadamente do projeto de conservação de aves estepárias do Alto Alentejo), da agricultura sustentável e educação ambiental, todos da Quercus, sendo coordenador deste último. Exerce de há vários anos a esta parte, funções diretivas nos órgãos sociais da Quercus, quer ao nível regional, quer nacional.-----

Referiu depois que o objetivo daquela sessão era levar a debate público o prolongamento do funcionamento da central nuclear de Almaraz, qual se situava a pouco mais de 100 km da fronteira, na província de Cáceres, Espanha, para além do prazo funcionamento previsto. Esta ação é pois um meio de consciencializar a população sobre os riscos e efeitos de um potencial acidente grave na central nuclear e, em resultado do debate, definir uma posição política da Assembleia Municipal de Portalegre perante os órgãos do poder político central. Também se pretendia saber o que se esperava ao nível da prevenção do risco e ao nível das medidas de proteção e socorro, e com o que se podia contar por parte do Município. Referiu ainda que havia um conjunto de factos que tinham um peso determinante naquela matéria e nas opções políticas sobre aquela forma de energia. Os grandes números diziam que 15%



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da eletricidade mundial era produzida a partir da energia nuclear. Na Europa dos 27, a energia nuclear produzia 25% da eletricidade, valor que chegava aos 80% em França e existiam em funcionamento cerca de 450 reatores nucleares, no mundo (165 deles na Europa). A China, a Índia e a Rússia continuavam a apostar fortemente na energia nuclear e têm reforçado a construção de centrais. Ao contrário, na Alemanha, previa-se que a desativação de centrais seja feita até 2022. A primeira foi desativada depois de Fukushima, em 2015. Itália acompanhava o posicionamento da Alemanha e a Espanha tinha uma posição mais parecida com a França. Em Espanha havia 5 centrais que atingiam os 40 anos de vida útil nos próximos 10 anos e estimando-se que o seu encerramento custe ao país cerca de 10 mil milhões de euros. Tais dados faziam perceber que a energia nuclear estava longe de ser uma energia morta ou moribunda, embora se percecesse que aquela tendência se venha a inverter. Ora, se de um lado estes números faziam perceber o peso da energia nuclear, por outro lado, estão as consequências das grandes catástrofes e dos acidentes nucleares civis, que foram acontecendo ao longo da história da energia nuclear, sendo os mais visíveis o acidente de Chernobyl e o de Fukushima. Entre estas factuaisidades tão antagónicas, o peso que a energia nuclear tem nas políticas energéticas, por um lado, e as consequências das catástrofes por outro lado, aqui bem perto, ao nosso lado temos a Central de Almaraz. A central tem dois reatores e possui um sistema de refrigeração em circuito aberto e usa as águas do Tejo. Tinha como prazo limite para encerramento o ano de 2010, mas que atualmente já tem uma licença de funcionamento até 08 de junho de 2020. No entanto, se acontecer um acidente grave na central de Almaraz Portugal e Portalegre em particular será necessariamente afetado, quer por via da contaminação das águas, quer por via da contaminação atmosférica. Mais disse que, em conclusão, era face a este enquadramento e aos potenciais perigos que da central poderão advir, em caso de acidente grave, que passaria a palavra aos convidados, de forma a esclarecerem melhor a sua posição, relativamente àquele tema.-----

Dada a palavra ao Professor José Mazon o mesmo disse que morava perto da zona de Almaraz, a 15 km da central nuclear. Disse também que trabalhou na província de Zamora, perto de Miranda do Douro, tendo sido aí que conheceu as diferenças entre as centrais, mas os espanhóis evitaram que se abrissem mais 45 previstas. Atualmente em Espanha estavam em funcionamento sete centrais, as quais produziam eletricidade, **mas não tinham minério de urânio, nem outra indústria fundamental para obter urânio na própria central e era sempre feito fora de Espanha.** A energia nuclear não era uma energia autóctone nem de Espanha, nem de Portugal. Felizmente, em Portugal encerraram as minas de urânio, mas em Espanha, em Salamanca, ainda havia uma ameaça, pois uma empresa canadiana estava a tentar abrir uma mina de urânio e se conseguissem havia a possibilidade de continuar a mesma coisa. A seu ver, ao movimento anti nuclear, em Espanha, a nível internacional, havia quatro razões fundamentais, que já estavam e continuariam a fazer até 2020, que era a data que a Central de Almaraz tinha autorização para funcionar. Esperava que dentro de dois a três anos Almaraz encerrasse definitivamente. Lembrou que a origem das centrais nucleares era militar, por causa da bomba atómica, mas que do seu ponto de vista atrevia-se a dizer que apesar de tudo estávamos no final da era nuclear, não só em Espanha, como em todo o mundo. Mas o encerramento das centrais tem sido protelado por várias razões: a primeira económica, pois as empresas proprietárias das centrais ganham muito dinheiro. Atualmente todas as centrais estavam amortizadas e tinham mais de 40 anos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

funcionamento. Um estudo feito por um movimento espanhol mostrou que a central de Almaraz ganhava dois milhões de euros por dia. Porém, há um facto que pode inverter esta dinâmica. Na realidade, as três multinacionais proprietárias de Almaraz (Iberdrola, Endesa e Fenosa, num discurso feito recentemente, disseram querer fechar as 3 centrais nucleares em Espanha, porque não estavam mais interessados em energia nuclear, uma vez que esta empresa já era a segunda a nível mundial em energias renováveis, que é de facto a energia do futuro. A nível da energia eólica, a Iberdrola é produtora número dois a nível mundial. As outras duas multinacionais espanholas ainda estavam a trabalhar naquele sentido e tentam fazer associações ou fusões com outras empresas europeias. Referiu, também que das quatro potentes empresas nucleares tecnológicas, a nível mundial, já tinham fechado três, a Westinghouse, a Siemens e a Toshiba. Almaraz estava ainda a ser gerida, tecnologicamente, pela multinacional francesa Areva, a qual teve de ser resgatada com dinheiro de todos os franceses, para que pudesse continuar com o seu negócio. Disse que há pouco tempo, em França, tiveram de fechar 15 centrais nucleares por terem defeitos tecnológicos. No caso de Almaraz também tinham informação de que a Areva tinha empregue peças com os mesmos defeitos, embora não tivessem provas. Disse ainda, que no final da era nuclear, as grandes multinacionais que tinham a melhor tecnologia, estavam fechadas e somente duas da nova geração ainda estavam em construção: França e Finlândia, pertencentes à Areva, mas que tiveram de ser pagas com dinheiro francês para poderem continuar, pois já estavam com cinco anos de atraso. Acrescentou que todas as centrais nucleares, mesmo a de Almaraz, nunca foram nem eram seguras e, incrivelmente, as gestoras das mesmas aprenderiam as ocorrências, incidentes e acidentes. Tinha informação de que em Almaraz, desde 1980, já ocorreram 2800 incidentes e 60% deles não foram previstos. Questão comum às centrais nucleares era o facto dos proprietários das empresas tecnológicas esperarem que as novas gerações pudessem resolver problemas de funcionamento quotidiano. Em Espanha, quase toda a gente sabe que as centrais não eram seguras e quase em todos os países foram criados Conselhos de Segurança Nuclear. O de Espanha era um Conselho independente, nomeado pelo Congresso de Madrid e era composto por pessoas que nem eram técnicos, nem cientistas, mas representavam os partidos políticos e decidiam se uma central cumpria os requisitos técnicos para continuar ou não. Os técnicos do Conselho de Segurança Nuclear organizaram um sindicato para se queixarem do próprio Conselho, sobre o qual dizem que estão a mentir e a falsificar informações técnicas importantes. Considerava o Conselho de Segurança Nuclear francês mais independente do que o espanhol porque tinham quase 60 centrais nucleares e o perigo era bem maior. O atual Presidente francês prometeu, recentemente, fechar 15 centrais nucleares. Mais disse que o funcionamento diário em Almaraz, com os incidentes previstos ou imprevistos, era um assunto internacional, devido à proximidade com Portugal e com o rio Tejo que era considerado um fator presente de contaminação, pois as partículas radioativas de Almaraz chegam ao Tejo e dali até Lisboa. Outra questão importante e problemática eram os ventos, pois a direção predominante dos ventos de Almaraz passava pela Serra de Gredos, serra da Estrela e chegavam ao Porto. A contaminação por via das águas do Tejo e o transporte da radioatividade pelo vento eram na realidade dois grandes perigos iminentes para Portugal.

Por último, referiu que em Espanha não necessitavam de energia nuclear, pois para terem eletricidade produziam-se 100000 Mega watts e a parte nuclear representava somente 7500 mega watts. A Estremadura não precisava de qualquer central nuclear



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e se Espanha fechasse Almaraz e todas as outras centrais não haveria nenhum problema para continuarem a ter eletricidade. Concluiu dizendo que na comarca onde habitava e trabalhava o encerramento da central nuclear e o seu desmantelamento, bem como a gestão dos resíduos continuará a dar trabalho durante 20 a 25 anos.

Terminada a primeira intervenção foi dada a palavra a Manuela Cunha, que em nome do Partido Ecologista “Os Verdes” disse ser importante que os órgãos autárquicos falassem daquelas matérias e recordou a grande mobilização dos autarcas do Douro, que teve origem nos “Verdes”, numa iniciativa em Freixo de Espada a Cinta, é que tinha levado a que a lixeira nuclear não ficasse lá instalada, com possíveis contaminações para o rio. Era também preciso que os autarcas do Tejo se mobilizassem em força, para que as decisões aprovadas na Assembleia da República e propostas pelo partido “Os Verdes”, que têm sido todas aprovadas por unanimidade, bem como os votos de repúdio contra o armazém e pelo prolongamento do tempo de vida de Almaraz, surtiram o efeito desejado, o fecho da Central. Salientou que, atualmente, só mesmo algumas pessoas intelectualmente desonestas é podiam considerar que uma central nuclear não constituía um perigo iminente para a região onde estava instalada. No entanto, ainda havia quem persistisse em vender o “produto nuclear” como sendo seguro. Não era por acaso que o Conselho de Segurança francês tinha regras mais exigentes, não só porque tinham mais centrais, mas também por terem havido várias lutas travadas pelos trabalhadores das mesmas. A união e a organização em prol destas lutas é fundamental, porque nos sítios onde os trabalhadores estão mais organizados é óbvio que as medidas de segurança de qualquer indústria se tornam mais exigentes. Contudo, os acidentes são situações que nunca se preveem, mas a ganância do Homem é grande e como sucedeu no caso do Japão (Fukushima), onde supostamente as empresas eram exemplos de segurança, o que se verificou afinal foi que houve falhas em toda a linha, pois a empresa privada não cumpriu com as exigências em termos de segurança, além de ter mentido ao poder político. E Uma situação deste tipo pode acontecer em qualquer lado. Portanto, quando a ganância e o lucro estão por detrás destas questões não é tido em conta o perigo que se pode causar aos outros. A convidada Manuela Cunha chamou ainda a atenção para o facto de quanto mais envelhecer a central de Almaraz, mais riscos comporta para toda a região. Também se chegou à conclusão que relativamente ao dito armazém de resíduos os riscos era lamentável a sua construção, conforme foi revelado num estudo feito sobre o assunto e num parecer entregue ao Governo Português, uma vez que das conclusões resultava que, na realidade, não se estudaram os perigos e os impactos do mesmo. Em resumo, sabia-se que, por um lado, Almaraz é uma central cada vez mais perigosa e, por outro lado, relativamente ao armazém, grande parte do que deveria ter sido estudado acerca dos impactos no nosso território, não o foi, nem sequer foi avaliado. Portanto, era inaceitável que o Governo Português não tomasse uma posição forte, de defesa do interesse nacional. Esperava, pois, que houvesse mais firmeza em defesa dos interesses do povo português. Ainda em relação aos riscos, referiu que os vogais das Assembleias Municipais também têm consciência dos perigos, mas, à semelhança do com o que acontece com os incêndios, que também são um risco enorme apesar de com os seus riscos já se lidar há muitos anos, ficam todos assustados com o que pode passar. Para mais, sendo óbvias as dificuldades que a Proteção Civil tinha em lidar com aquele risco já conhecido, imagine-se o que seja lidar com um risco que desconheciam, porque o risco nuclear não faz parte dos nossos hábitos. Noutras sedes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e em jornadas anteriores “Os Verdes” já tinham demonstrado a debilidade existente para se fazer frente a um acidente nuclear em Almaraz mas de facto o país continuava a não estar preparado para um acidente nuclear. No entanto, tinha de se preparar, porque mesmo que a central encerre, até o próprio desmantelamento da mesma é perigoso. As autarquias também tinham ali um papel fundamental porque o que foi aprovado na Assembleia da República era um plano de emergência que que terá que ser transposto para os planos de emergência municipais.

Perante tudo quanto disse perguntou-se porque é que, com tantos riscos, as opções do nuclear continuavam, tendo dito que, na sua opinião, a energia nuclear era muito barata para quem geria aquelas empresas, porque não pagavam o custo do tratamento dos resíduos. Lembrou que um dos responsáveis do Conselho de Segurança Francês se tinha demitido porque se continuava a não fazer nada para tratar os tais resíduos nucleares.

Salientou que o impacto daqueles resíduos no ambiente e na saúde humana perduravam milhões e milhões de anos no planeta e, por incrível que pareça, nenhuma verba tem sido orientada para a pesquisa e tratamento dos resíduos nucleares.

O que continuava a fazer-se era armazenar, sem fim, resíduos contaminantes para tudo e todos. No caso de acidente nuclear de Fukushima quem teve a responsabilidade de pagar os danos causados na central foi o estado japonês e os contribuintes com os seus impostos. Obviamente que, desse modo, os interesses que estão por detrás, a pressionar os governos europeus, para preservavam aquele tipo de energia continuam a existir e as centrais continuam a manter-se. Perguntou-se também porque é que havia entidades interessadas, como a EDP, Endesa ou Iberdrola, que iam ao mercado ibérico buscar pacotes de energia nuclear. E respondeu que a justificação advinha de lhes ser garantia uma grande margem de lucro, devido ao facto daquelas empresas terem em Portugal centros electroprodutores, nomeadamente as barragens. E mesmo que as centrais termoeléctricas estivessem paradas recebiam uma renda brutal, paga pelos impostos dos portugueses, que pesa demasiado no Orçamento de Estado e que com a qual poderiam ser construídas escolas, hospitais, caminhos de ferro, ou outras infraestruturas, mas que aquele lucro estava a ir para os bolsos da EDP e de outras empresas do ramo, que se davam ao luxo de terem os núcleos electro produtores parados, mas que iam comprar ao mercado energia nuclear mais barata. Em conclusão, disse que enquanto o mercado funcionasse assim, com a autorização e proteção do Estado, o nuclear teria sucesso e teria sempre um grande lobby económico, por detrás, a protege-lo.....

Terminado o seu tempo de intervenção a palavra foi dada a Nuno Sequeira, representante da Quercus. O mesmo salientou o facto do tema da Central de Almaraz também lhes dizer muito, sendo mesmo bandeira do que era a sua luta ambiental em Portugal. Tinham participado no processo, tanto a nível nacional como através do Núcleo Regional de Portalegre e Castelo Branco e antes de 2010, havia a expectativa de que a central pudesse fechar, pois já fazia 30 anos de vida, para além de que também chegou a haver a promessa do governo espanhol de a mesma encerrasse. No entanto, com o início da crise económica acabaram por prolongar o funcionamento da central até 2020. Para Portugal foi uma grande desilusão e agora que nos aproximamos de 2020 a história pode repetir-se e a central continuar a laborar provavelmente mais 10 ou 20 anos. A posição da Quercus é a de que que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Governo espanhol devia, de uma vez por todas encerrar a central, no máximo em 2020. Evidentemente que tinham de tomar tal decisão antes, até porque o processo de encerramento terá de ser faseado, pois a central não pode encerrar-se de um dia para o outro. De igual forma o processo de desmantelamento também será demorado, prevendo-se que se arraste por 20 a 40 anos. Sabe-se que o processo é caro, estimando-se em cerca de 2 a 3 mil milhões de euros e esse é efetivamente o cerne da questão, quer para as empresas, quer o governo. Em função da realidade, aquilo que era estimado para uma central nuclear, em termos de segurança, eram os 30 anos e mesmo os adeptos do nuclear reconhecem que o tempo médio de vida seguro é aquele.

Almaraz é a central espanhola com mais incidentes, problemas de segurança recorrentes e para Portugal o facto da central estar a cerca de 100 quilómetros e de ser refrigerada pelo rio Tejo, torna-a uma ameaça séria ao nosso território. Uma outra questão fundamental que normalmente não se aborda é que, apesar do risco ser partilhado por Portugal Espanha, os proveitos são só para Espanha. Algo tinha, portanto, de ser feito e passava pelo anúncio do Governo Espanhol de encerrar a mesma. Acontece que, de um lado, tem havido uma vontade forte dos sucessivos Governos Espanhóis em dar mão àquela indústria nuclear, face à pressão da parte das empresas que exploram Almaraz em não a encerrar, devido aos lucros astronómicos gerados. A Quercus tem tentado informar e mobilizar as pessoas para saberem o que implica a continuação do funcionamento da central de Almaraz, mas tal não é suficiente. O envolvimento dos representantes na Assembleia da República, dos eurodeputados, dos membros das Assembleias Municipais tem sido determinante, mas ainda assim falta uma maior mobilização do Governo Português na matéria em causa. Os Governos Portugueses anteriores pouco ou nada fizeram sobre o problema de Almaraz e nem se intrometem na questão e o atual Governo provavelmente também não tomará nenhuma posição a favor do encerramento até ao final do mandato. Em Portugal, a nível local já foram tomadas várias posições contra, mas do lado espanhol não há qualquer mobilização pois a Central gera grandes receitas e o setor político espanhol também lá é sensível às mesmas. Ao nível político Portugal recuou na sua posição quando o Governo Espanhol aprovou, em declaração de impacto ambiental, a construção do armazém de resíduos nucleares, sem consultar Portugal, que se sentiu atingido no seu direito de intervir, num processo que transfronteiriço e apresentou queixa na comissão europeia. Porém, a Comissão nem sequer chegou a analisar a queixa e Portugal e Espanha fizeram um acordo e a mesma foi retirada. Portugal assinou o acordo, com o qual a Quercus não concordou, concedendo assim o direito a Espanha de continuar a construir o dito armazém, sem o direito de intervir, nem exigir que Espanha fizesse um novo processo de impacto ambiental. Tudo aconteceu ao contrário do esperado e o Governo Espanhol alterou as renovações das licenças para as centrais nucleares. Na sua opinião, este episódio determinará que a central de Almaraz prolongue o seu funcionamento para além de 2020. Em termos de segurança, para Portugal, não lhe parece que por mais planos de emergência que existam ou simulacros se façam haja capacidade de resposta a um acidente nuclear, por parte de um país que não tem experiência nem meios naquela matéria. Por último, referiu que todo o ciclo do nuclear é altamente nefasto, desde início ao fim, que a energia nuclear não é sustentável e, obviamente, a posição da Quercus é que Almaraz deve ser encerrada o mais brevemente possível, sendo que para tal tem que ser tomadas medidas firmes por parte do governo português.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Terminadas as intervenções iniciais dos convidados, que esgotaram o tempo igualmente concedido a cada um, a Presidente da Assembleia concedeu igual tempo a todos os Grupos Municipais presentes para, querendo, intervirem ou questionarem os convidados sobre o tema. -----

Diogo Júlio iniciou as intervenções da bancada e disse que as razões que tinham levado a CDU a propor aquele assunto a debate e a que todas as bancadas se associaram se prendia com a preocupação sentida, por parte de quem estava a apenas 100 quilómetros do problema de Almaraz e ao facto de não se ver, quer do lado do governo espanhol, quer do português, tomadas de posição que tenham em conta tamanha preocupação. A questão era que Espanha entendia que o problema era deles e Portugal entendia que o problema era dos outros e quem vive encostado à fronteira é tratado naquela matéria, como noutras, como não existindo. Outra preocupação é a possibilidade real de um desastre nuclear, com a dimensão que tiveram outros, porque não estavam preparados, quer ao nível da saúde, das urgências dos hospitais, dos profissionais de saúde, ou sequer do equipamento. Salientou que mesmo depois da central encerrar o problema não será absolutamente debelado e o perigo vai continuar a existir, em especial para estas regiões fronteiriças.-----

A sua bancada entendia que nada estava a ser tratado, em termos de respostas para o problema, o que os levou a lançar este apelo para que sejam criadas condições e para que o Governo trate os portugueses como portugueses e mantenha uma posição firme, de modo a garantir a todos alguma segurança. O debate servirá também para que sejam criadas condições para que a Assembleia Municipal tome uma posição conjunta, encontrando-se os consensos necessários para fazer chegar junto do Governo Português a pressão necessária para que o mesmo não seja laxista nesta questão. -----

-

Rui Simplício disse que sendo o rio Tejo um dos veículos de disseminação, no caso de um desastre, que pode chegar até Lisboa, então a área metropolitana da capital tinha de ser mobilizada também. Era preciso, pois, que todas as autarquias da bacia do Tejo, e não só, se mobilizassem. É que, embora estivessem todos de acordo, era preciso ir mais além e fazer sentir ao Governo, esta vontade de todos e também a outros órgãos de soberania, nomeadamente ao Presidente da República. A verdade era que nenhuma das regiões do país está preparada para um desastre nuclear. Esta chamada de atenção, no aspeto da mobilização, para todos quantos lutam pelas questões da segurança nuclear, é porque é necessário ir um pouco mais longe, uma vez que há mais órgãos com força política. Por outro lado, presumia que a maioria do urânio que era vendido para as centrais nucleares francesas e espanholas viesse da China. Portanto a questão era também económica. Tinha de haver um equilíbrio mundial naquela matéria, pois se havia uns que continuavam a crescer economicamente, porque continuavam a produzir energia barata sem saberem o que lhes ia acontecer, também havia outros que sendo países ricos, nomeadamente a Alemanha, tomaram a opção de encerrar várias centrais e substituir aquelas fontes de energia para fontes limpas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raúl Cordeiro disse que aquele tema não deveria ser de nenhum partido, pois era um tema de todos. A consciência política e a consciência ambiental não tem diretamente a ver com a condição partidária de cada um, mas com a condição de cidadãos. Os dados ali levados pelos especialistas no assunto eram irrefutáveis e diziam respeito a um problema de nível global, com uma componente de nível europeu mas também com uma de nível local. A responsabilidade era, claramente, nacional e foi assumida pelo Governo, mal ou bem. Queria acreditar que o Governo português fez o melhor que conseguiu, mas a Assembleia da República cumpriu o seu dever, o dever de ter aprovado uma resolução que defendia que o Governo português devia providenciar no sentido de que Portugal tinha de elaborar um Plano de Emergência Radiológica para Acidentes Nucleares transfronteiriços e estabeleceu-se inclusive qual o nível de alerta que o plano deveria seguir. Era importante centrar aquela discussão a nível local e regional e naquele âmbito perguntou aos especialistas presentes o que é que os Municípios do distrito de Portalegre podiam fazer, para no seu Plano Municipal de Proteção Civil prevenirem as consequências de um problema daquela natureza.-----

O Professor Mazon disse que a questão do risco era importante. Contudo, não havia cultura, nem em Espanha, nem em Portugal, nem mesmo no Japão perante um eventual desastre nuclear e Fukushima foi um claro exemplo de tal, onde nem a própria empresa que geria a central teve soluções, nem sequer o governo japonês. O que poderia então fazer um município pequeno? O que poderia fazer o Porto, Lisboa, ou mesmo Portugal? E a resposta era: “Pouco ou nada, era inútil”. A radioatividade não tem fronteiras, espalha-se em milhares de quilómetros. A de Chernobyl chegou à Catalunha, em Espanha. Nesse contexto, a defender o encerramento das centrais informou que iria estar em Paris, entre 1 a 5 de novembro, numa conferência internacional anti nuclear, para falar dos riscos, dos resíduos, dos problemas fronteiriços, da segurança, que não tinham solução. Depois de mais de 60 anos de investigação, as falhas dos projetos eram as mesmas e ainda não tinham sido capazes de encontrar uma nova tecnologia, embora falassem ultimamente da tecnologia de fusão, porque a indústria nuclear tinha um background importante e os projetos militares forçavam para que as investigações na fusão nuclear continuassem.-----

Manuela Cunha disse ter visitado a zona de Chernobyl dois anos depois do acidente nuclear e andou nas zonas entre os 100 e os 30 km, pois a o raio dos 30 Km ainda continuava selado.

Porém, discordava de que não se pudessem mitigar os riscos. Podiam mitigar muita coisa e prevenir e nas jornadas parlamentares os “Verdes” tinham consciência de que nada estava a ser feito naquele sentido. Em geral o poder político tem estado a empurrar a problema para a frente, pensando que só acontece aos outros. Era absolutamente necessário lutar para que a informação chegasse no momento exato e que houvesse transparência na informação que saía da central. No entanto, a área nuclear não se dava bem com democracia e escondia os incidentes ocorridos, levando a que o feedback dos incidentes chegasse ao público com algum tempo de atraso.

Tinha de haver uma pressão política grande do poder central sobre os vizinhos do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

lado, para que a informação chegasse a tempo e horas sobre qualquer acidente ou incidente.

Outra questão era que, a nível regional, a zona dos ditos “corredores vento” e “corredores água”, tinha que estar prevenida com pastilhas de iodo. Acontece que as pastilhas de iodo para serem eficientes têm um prazo temporal para serem tomadas, o que também está relacionado com o tempo de chegada da informação. Além de que as entidades públicas tinham de estar preparadas e habituadas a fazer funcionar o circuito de distribuição. Tal procedimento só se treinava no terreno, constantemente. Também a população tinha de ser envolvida desde o início, para saber como atuar. A rede de proteção civil e as redes sociais tinham de funcionar a nível municipal e estarem preparadas. Em conclusão, a poluição nuclear era terrível, pois não se vê, nem se cheira. Poderá estar a acontecer e as pessoas não sabem, porque a informação não chega atempadamente. Lembrou ainda o facto de Lisboa ter regularmente navios nucleares atracados na barra do Tejo. Era um perigo considerável e as Assembleias Municipais, as Câmaras Municipais da grande Lisboa já se pronunciaram contra e tomaram posição política. No entanto, tudo aquilo não chegava, tinha de haver uma vontade articulada do poder político nacional e local para que em particular nesse assunto tudo funcionasse melhor e para se poderem mitigar os riscos, já que existe uma ameaça muito perto do país. Era urgente prevenir para minimizar o que podia ser minimizável.-----

Nuno Sequeira, em relação à prevenção disse que o melhor seria continuar a mobilizar, a insistir e fazer chegar a voz a todo o lado, bem como existir formação para os profissionais, pastilhas de iodo, apesar de haver opiniões divergentes em relação às mesmas.

Deveriam também ser feitos investimentos em estruturas pesadas, abrigos, materiais. Acreditava ainda que pudesse haver alguma pressão, por parte de vários setores, para se passar para uma prevenção mais adequada face ao perigo eminente. Chamou ainda a atenção para o facto de Espanha não ter ainda solução centralizada para os resíduos nucleares, os quais irão perdurar milhares de anos. Era uma pesada herança para as próximas gerações e muitas vezes os resíduos eram encapsulados em materiais que nem se sabia se tinham resistência para os aguentar, nem durante quanto tempo.

Referiu ainda que, cada vez que se falava de uma solução para os resíduos nucleares de Espanha ou de uma exploração de urânio, eram sempre junto à fronteira com Portugal. Seria pois importante que todos se mobilizassem para contestar não só Almaraz, bem como para evitar futuros problemas vindos de Espanha.-----

-

João Cardoso disse ser transversal a ideia de que a melhor solução seria não se ter Almaraz tão perto. Disse ainda que por vezes não era só a falta de informação mas também a desinformação, que podia ser perigosa, em caso de haver um acidente, pois pode levar a que as pessoas façam exatamente o contrário do que deveriam. Provocar alarmismo nas pessoas podia ser um perigo. Salientou ainda que não se está a 100 km de Almaraz, mas sim a 160, em linha reta. Aquando do acidente nuclear, Fukushima foi evacuada num raio de 10 km, não num raio de 160; os danos de Chernobyl chegaram a Espanha mas os principais danos verificam-se num raio de 110 km. O que pretendia dizer era que se todas as pessoas entendessem que havendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

um acidente nuclear todos tinham que fugir, provavelmente criar-se-ia um problema ainda maior.

Perguntou, por isso, aos convidados se os riscos radiológicos se transmitiam pela água, através do Tejo, ou se transmitiam-se pelo ar, ou mesmo pelos dois canais. Quanto à questão do iodo, perguntou ainda se, estando a 160 km de Almaraz, se houvesse um acidente tinham de tomar uma pastilha de iodo, para não ficar afetados pela contaminação nuclear. Na sua opinião, cabia ao Governo que tais informações fossem passadas de forma transparente.-----

O Professor Mazon respondeu que não houve nenhuma experiência, nem nenhum país, que lhes desse a solução. A Suíça era o único país que, por lei, obrigou todas as construções, todas as vivendas e todas as indústrias a terem um refúgio subterrâneo. Era um país muito preocupado com a segurança e o único que tomou uma decisão. Os trabalhadores da central nuclear de Almaraz sabiam que se houvesse um acidente na central tinham que fugir na direção contrária ao vento naquele dia. Os planos de emergência de 10 km, 20 km, até mesmo 50 km não tinham qualquer sentido, pois não havia nenhuma fronteira precisa para a contaminação. Os Municípios que estavam a mais ou menos 10 km de Almaraz recebiam dinheiro dos contribuintes espanhóis pelo facto de terem aquela proximidade com os resíduos da central. Lembrou que as primeiras instruções dos planos de emergência no caso das bombas atómicas e dos acidentes nucleares não eram fugir, mas ficar em casa, fechar todas as portas e janelas, No entanto, a sua opinião era que o melhor seria fugir e na direção oposta do vento.-----

Manuela Cunha disse que o primeira solução era a tomada de consciência dos perigos existentes. A transmissão da radioatividade, por via da água e do vento, era uma realidade e não tinha limites. Deu o exemplo de no sul de França terem sido encontradas marcas de contaminação radioativa provenientes de Chernobyl. Voltou a referir que o tempo de chegada da informação era importantíssimo. Portugal tinha detetores da quantidade de radioatividade no ar instalados, nomeadamente um em Castelo Branco, mas está desligado, conforme foi assumido pela proteção civil. A desculpa foi de que a zona era tão urarínfera e havia tanta “radioatividade natural”, que levava a que estivesse sempre a apitar. Pareceu-lhe inacreditável a situação. Outra questão que se pode levantar era a do abastecimento. A radioatividade tinha um efeito cumulativo, o que para efeitos na alimentação do ser humano era terrível. Quase ninguém tem abastecimento em casa para uma semana, muito menos para um mês. Considerar esta hipótese, para as zonas que possam ficar mais afetadas, por via da água, das terras, era imprescindível.

Disse ainda para terminar que as autarquias que forem eleitas brevemente tinham um novo trabalho de casa para fazer, pois este assunto não tem sido pensado seriamente.-----

Nuno Sequeira disse que a questão do alarmismo não se colocava a nenhuma das entidades ali presentes. Na verdade, ninguém queria que um acidente acontecesse, mas que há uma probabilidade de poder acontecer há. Quando há um acidente nuclear, normalmente as consequências são muito graves. A distância até Almaraz deixar-nos-ia claramente vulneráveis a qualquer problema que lá aconteça. Em relação às áreas de exclusão, disse que nas zonas onde aconteceram os incidentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deu para perceber que as versões oficiais deixam sempre muito a desejar, porque as consequências vão muito para além do que se relata oficialmente. Quanto à questão de fugir ou não, disse que dependia da nuvem radioativa já ter chegado ou não e da direção do vento.

Pessoalmente, se houvesse um acidente nuclear em Almaraz não iria ficar à espera e iria para o mais longe possível que pudesse. Quanto ao rio Tejo se houver um acidente o mesmo será altamente afetado, bem como todas aquelas zonas agrícolas que abastecem grande parte das culturas, como a parte da lezíria do Ribatejo, que era das mais produtivas. Concluindo, disse que Portugal seria muito afetado, não só ao nível da saúde pública, como economicamente. -----

Entretanto, a Presidente da Assembleia disse que alguns cidadãos tinham feito chegar um abaixo assinado, mas que na verdade é um pedido de esclarecimento sobre o tema, por escrito, dirigido à Presidente da Câmara. Mais disse que não obstante uma intervenção nestes moldes não esteja contemplada em termos regulamentares, para as sessões extraordinárias, ainda assim, face ao tema, o iria ler pedindo uma intervenção da parte da Senhora Presidente de Câmara ao mesmo. E disse:

“No dia 28 de julho de 2017, por ocasião da discussão do tema Central de Almaraz, na Assembleia Municipal de Portalegre, um grupo de cidadãos preocupado com os riscos associados ao prolongamento da vida útil de uma central nuclear obsoleta e com problemas identificados, vem questionar os responsáveis autárquicos sobre as medidas previstas pelos diversos organismos e instituições locais para lidar com eventuais situações de acidentes que, com toda a probabilidade, podem vir a ocorrer nas instalações de Almaraz. Estamos perante o acidente mais grave de que o ser humano pode ser vítima, uma vez que não se conhecem meios para controlar as radiações resultantes.” -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara, a mesma disse que a questão já ali tinha sido respondida, quanto aos planos de emergência antinuclear e o executivo não estava em condições de dar uma resposta eficiente e eficaz. Provavelmente, poucos ou nenhuns países poderiam dar aquela resposta. A melhor maneira de evitar qualquer desastre nuclear era não ter centrais nucleares. Existiam energias alternativas e o dinheiro que se investia nas centrais nucleares deveria ser orientado para investigação e para se encontrarem melhores alternativas. No entanto, aquela era uma realidade com a qual estavam confrontados. Existiam Planos de Emergência nacional, que emanavam diretrizes que depois eram adaptadas pelos planos municipais. Infelizmente, Portalegre já tinha acionado o seu plano de emergência, assim como o Município de Nisa acionou recentemente. Uma das diretrizes dos planos era a de convocar diversas entidades, onde cada uma tinha de agir em conformidade com o protocolo existente. Contudo, estava a falar de algo com que já tinham lidado, algo palpável, o que não acontecia com a radiação, onde nem existiam perímetros de segurança e que dependia de vários fatores. Naquele sentido, o plano de emergência previa que a única coisa a fazer seria alertarem-se os Municípios da fuga radioativa ou da explosão, quanto antes. Apenas havia meio de saber, através de aparelhos de meteorologia, qual era o tempo que a pluma nuclear levaria a chegar a determinado sítio, por forma a agir e a tentar minimizar os riscos. No entanto, a realidade era que não existiam nem abrigos, nem reservas alimentares, nem medicamentos. Como tal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não estavam preparados, nem cá, nem a nível nacional, nem sequer a nível da maioria dos países.

Entendia que não deviam ficar quietos, nem deixar passar as coisas ao lado, mas agir e, naquele sentido, as medidas tomadas a nível nacional eram meritórias. Acima de tudo, achava que todos tinham de ter consciência do que seria um acidente nuclear e só com conhecimento e informação é que se conseguiriam pressionar os órgãos de soberania, quer os de Portugal, quer de Espanha e até mesmo Bruxelas.-----

O vereador Miguel Monteiro, relativamente ao nuclear, disse que não podiam cingir-se à questão das centrais porque talvez fossem somente a ponta do iceberg de um problema muito maior e de uma série de interesses económicos e geoestratégicos que transcendiam tudo e todos. Disse que como portugueses deveriam ter orgulho de duas coisas: em primeiro lugar, a discussão sobre o nuclear em Portugal estava praticamente numa escala em que pouquíssimas vozes defendiam a existência de centrais nucleares. Os portugueses estavam de parabéns naquele sentido. A outra boa notícia era que há poucos anos Portugal foi tido como um exemplo a seguir no investimento feito em energias renováveis. Ora tal investimento deverá ser mantido e reforçado, para que a substituição na formação de energia também acabasse, de uma vez por todas, com o mito do nuclear e da energia nuclear. Infelizmente os espanhóis não tinham notícias daquelas, tinham sim notícias más, porque tinham centrais nucleares, algumas delas completamente vetustas e tinham uma maior probabilidade de um acidente nuclear surgir nalguns equipamentos lá existentes, afetando também Portugal, no pior dos cenários. Mais disse que Almaraz fazia parte do seu imaginário enquanto jovem, pois passava de comboio perto daquela zona e um familiar seu apontava para lá com algum receio, já naquela altura. Fez-lhe pensar que, por mais vantagens económicas que a mesma pudesse ter, o risco não compensaria termos equipamentos do género no nosso país. Felizmente que, desde então, foram surgindo energias alternativas mais limpas, as quais foram resolvendo o problema energético dos países.

Não ficaria nada satisfeito se, em caso de incidente, o vento estiver para Noroeste e afetar a população espanhola, em vez da portuguesa. Eram países que estavam condenados a viver um com o outro, a ajudarem-se na resolução de problemas comuns, como foi recentemente com os incêndios, em que a colaboração era permanente. Portanto, naquelas matérias, não se deveria atirar para trás das costas o problema. O problema era de seres humanos, independentemente do país em que estivessem. Por fim, disse que tinham de começar por algum lado, talvez tentando perceber melhor os riscos que advinham de Almaraz e transportar a discussão para mais além, para evitar que se caísse numa tentação de encarar o nuclear como uma alternativa. Salientou ainda que se existisse um acidente nuclear na central de Almaraz, ou noutra qualquer, não acreditaria que Portugal, Espanha, França ou até mesmo a Suíça estivessem preparados para tal. Já se provou noutras situações de acidentes que ninguém esteve bem preparado para enfrentar aquelas ameaças. -----

A Presidente da Assembleia disse que estavam na reta final do debate e que iria conceder cerca de dois minutos a cada um dos convidados, para as respetivas conclusões.-----

Deu a palavra a Nuno Sequeira, que disse que a poluição e o ambiente não tinham fronteiras e, que um acidente nuclear em Almaraz seria evidentemente terrível, quer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para Portugal, quer para Espanha e o que tinham a fazer era evitar que tal não acontecesse. Outra questão importante tinha a ver com o futuro do nuclear em Espanha, pois se Almaraz se prolongar muito para além dos 40 anos de vida, outras centrais nucleares poderão seguir o mesmo caminho e, portanto, era bom continuarem mobilizados. Seria bom que a Assembleia Municipal de Portalegre aprovasse ali uma proposta para fechar Almaraz, porque se Portalegre e outros concelhos tomarem posições daquele género e quantos mais o fizerem melhor, mais difícil será o Governo ignorar as posições locais e até mesmo, a nível político, fazer chegar a Espanha as reivindicações portuguesas.-----

Manuela Cunha disse que tinha ficado ali claro que a melhor maneira de prevenir era encerrar Almaraz. Embora não houvesse nuclear em Portugal, a verdade era que se consumia muito nuclear. Portanto, outra das grandes medidas a tomar era deixar de consumir nuclear e também que todos os cidadãos fizessem pressão para se deixar aquele tipo de consumo, alterando o mercado energético.

Quanto aos riscos a verdade era que podiam mitigar, ou melhor evitar que os impactos na população fossem tão grandes, como podiam vir a ser. Portanto era fundamental a preparação para que a informação chegue a tempo. A população portuguesa estava contra, a de Portalegre também e os autarcas tinham ali um papel fundamental, tinham de se unir contra Almaraz, para que o Governo Português tome uma atitude mais forte e decisiva contra Almaraz. Deixou ali um conselho, aos autarcas do concelho: a tarefa que tinham pela frente seria lutar pelo encerramento de Almaraz e por não se consumir energia nuclear, pois esse seria o melhor contributo que se poderia dar ao planeta. -----

José Mazon disse que não tinha mais nada acrescentar e agradeceu o convite. -----

A Presidente da Assembleia propôs que o debate servisse, entre o mais, para a elaboração de uma proposta, subscrita por todos os representantes dos Grupos Municipais ali presentes, para ser aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal e enviada a todos os órgãos do poder político. Do seu ponto de vista, esta a ideia que estava subjacente, quando se votou por unanimidade a moção da CDU. Da conferência de líderes saíra o texto conjunto. Deu o debate por terminado e agradeceu mais uma vez a presença dos convidados e o seu contributo para a discussão.

Aprovação em minuta:

A Presidente da Assembleia chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade pelos 18 membros presentes na sala (já não estavam presentes Luís Testa, João Vivas, António Ventura, Sara Cid, Francisco Carriço, João Janeiro, Cristóvão Crespo e Maria da Conceição Grilo).-----

FALTAS: Nos termos da alínea j), do art.º 29.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia da Assembleia Municipal marcou falta a Artur Correia e Jorge Isidro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Assembleia, encerrada a 4.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 23:45, do dia 28 de julho do ano de 2017 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----